



Os quiosques 5 e 7 da Praia de Camburi são alguns dos que foram alugados, mas estão inativados. Apenas o 1 e o 4 são usados como prevê o contrato

SPU VAI CEDER QUIOSQUES PARA A PREFEITURA

Hoje o município tem que pagar R\$ 76 mil à União pelo uso

▄ **KATILAINE CHAGAS**
kchagas@redgazeta.com.br

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) vai disponibilizar para a Prefeitura de Vitória, a partir do início do próximo semestre, termo de adesão para transferir a gestão das praias urbanas ao município. Na prática, caso o termo seja assinado, a Capital não precisará pagar mensalmente taxa para a SPU referente aos quiosques mais recentes. A cobrança era repassada pela prefeitura aos concessio-

nários dos quiosques.

A transferência da gestão das “praias marítimas urbanas” aos municípios litorâneos é autorizada pela Lei Federal 13.240/2015. Para que a transferência ocorra de fato, é preciso que prefeitura e SPU assinem um termo de adesão.

Por nota, a SPU confirmou que o termo de adesão está em análise final e que a previsão é de que até o início do segundo semestre ele esteja “concluído e disponível para a adesão”.

REFORMA

R\$ 1 milhão

Foi quanto custou a reforma de cada um dos quiosques mais recentes.

Para assinar, a prefeitura precisa dar uma contrapartida à SPU, conforme informou o presidente da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), José Vicente Pi-

mentel, em entrevista na última quarta-feira. Até a ocasião, ele disse que não estava definido que contrapartida seria essa. Procurado ontem no final da tarde, após a chegada da resposta da SPU, o presidente da CDV não foi localizado.

ABANDONO

A GAZETA publicou na edição de ontem reportagem sobre o estado de abandono dos quiosques milionários da orla de Camburi. Das sete unidades reformadas, ao custo

de R\$ 1,2 milhão cada, apenas duas estão funcionando como quiosque, o 1 e o 4.

Hoje, cada empresário que se candidata a alugar o quiosque tem que pagar R\$ 11 mil por mês para a prefeitura, que repassa o valor para a União. Além disso, deve arcar com, no mínimo, mais R\$ 2 mil, referentes a outros tipos de taxas.

A consequência dessa situação é inadimplência, seguida de abandono, desinteresse de possíveis novos concessioná-

rios e, por fim, problemas sociais, com a ocupação dos módulos por usuários de drogas e moradores de rua.

A SPU informou também por nota que assinou com a Prefeitura de Vitória, em 2010, contrato de cessão de uso de área da Praia de Camburi, para a instalação de quiosques. Qualquer alteração nesse contrato terá que ser feita por meio de aditivo. “E não há, até o momento, nenhuma negociação em curso”, diz a nota.

SEM USO

“PODE SE TRANSFORMAR NUM PROBLEMAO”

José Vicente Pimentel
Presidente da CDV

▄ O presidente da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV), José Vicente Pimentel, reconheceu em entrevista ao Bom Dia Espírito Santo, ontem, os problemas que cercam as milionárias unidades reformadas na Praia de Camburi. “Esses quiosques que deviam dar um toque de classe à praia podem se transformar

num problemão.”

Por que o aluguel é tão caro (no mínimo R\$ 13 mil)?

Realmente esses quiosques que deviam dar um toque de classe à praia podem acabar se transformando num problemão. Por duas razões. A primeira é a crise nacional. A gente começa cortando gastos com lazer. Aí há uma série de lojas fechando. Quiosques também. E aqui é terreno de marinha, não pertence à cidade, mas à União. Foi feito um acordo em 2010 com a SPU (Secretaria do Patrimônio da União). A prefeitura paga hoje aluguel de R\$ 11 mil (por mês por



cada unidade). Isso é economicamente inviável.

Como é esse contrato?

Pelo contrato, a prefeitura tem que pagar R\$ 76 mil

por mês a SPU, ou seja, R\$ 11 mil por unidade. E ainda tem a limpeza, o policiamento, etc. E isso acresce no preço.

A prefeitura não tem

como fazer um outro acordo?

É exatamente isso que estamos tentando fazer. Existem contatos entre o prefeito e o superintendente do Patrimônio da União. E estamos tentando resolver isso a partir de uma lei aprovada no fim do governo Dilma Rousseff e que permite a cessão do terreno para a prefeitura. Para isso a prefeitura tem que dar contrapartidas e assinar termo de adesão. Isso está em evolução. Demanda um certo tempo.

Quando chegamos aqui, tinha moradores de rua no quiosque 7. Tem alguma outra alternativa além do

termo de adesão?

Vamos fazer uma pesquisa de opinião. Esses quiosques foram construídos sem necessariamente atender aos anseios da população local. Hoje eles devem se ater a atividades gastronômicas. Talvez a população daqui queira outras atividades.

Como fica a segurança em Camburi até lá?

Nós fiscalizamos. Mas não tem como fiscalizar 24 horas por dia, sete dias por semana. Quando recebemos denúncias, corremos para tomar providências.

(Com informações de Daniela Carla, da TV Gazeta)